

boletim ADUA



ANDES
SINDICATO NACIONAL

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas - Seção Sindical do ANDES-SN



Daisy Melo/Ascom ADUA

Docentes da universidade responderam ao levantamento realizado pelo ANDES-SN

>>> TRABALHO E SAÚDE

Enquete expõe más condições para docentes na Ufam

Daisy Melo

Sobrecarga de trabalho, pressão por cumprimento de prazos, acúmulo de horas sem remuneração devida e ambiente com condições insuficientes para realização das atividades profissionais. Esse foi o cenário apontado pelas/os docentes da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) participantes da 2ª etapa da enquete nacional do ANDES-SN “Condições de trabalho e saúde das/os docentes que atuam nas

Universidades Públicas, Institutos Federais e Cefets”.

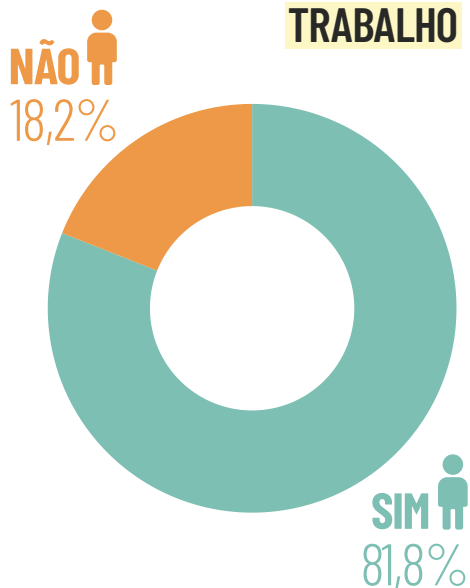
No total, 95 docentes da Ufam em atividade responderam à pesquisa, entre sindicalizadas/os (90%) e não (10%). Foram entregues 77 formulários completos e 18 parciais. Também participaram da pesquisa oito professoras/es aposentadas/os da universidade, mas as respostas não foram disponibilizadas. Nacionalmente, 5.784 docentes de 144 instituições de

ensino participaram do estudo realizado entre 19 de setembro de 2024 e 19 de fevereiro de 2025. O debate sobre os resultados ocorreu nos dias 14 e 15 de junho do ano passado, durante o IX Seminário Nacional de Saúde da/o Trabalhadora/or Docente, em Brasília (DF). O ANDES-SN divulgará em breve um relatório global com análises da enquete.

O levantamento expôs um extenso acúmulo de ativida-

des entre a categoria docente da Ufam, evidenciando a sobrecarga de trabalho. Grande parte afirmou que possui uma série de demandas como aulas de graduação (94,8%); reuniões da unidade de ensino (81,8%); participação em bancas de Trabalhos de Conclusão de Curso/TCC (80,5%); orientação de TCC (75,3%); comissões internas e/ou grupos de trabalho (67,5%); sistematização e organização de atividades de pesquisa (61%); representação em atividades, comissões e conselhos (59,7%), entre outras.

SENTIMENTO DE SOBRECARGA NO TRABALHO



É o que confirma a professora Célia Verginia Maia, do Instituto de Natureza e Cultura (INC), campus da Ufam em Benjamin Constant. “Além das atribuições docentes, temos as administrativas referentes à coordenação, comissões do curso, como colegiado, NDE [Núcleo Docente Estruturante], TCC, monitoria, estágio supervisionado, AACC [Atividades Acadêmico Científico Culturais], e as atribuições da instituição, como comitês de extensão e de iniciação de pesquisa, às vezes

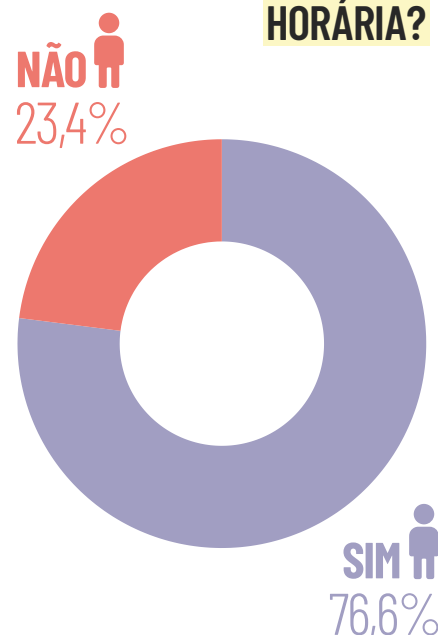
sendo realizadas reuniões todas as semanas”.

A alta carga de atividades administrativas cumpridas pelas/os docentes é também uma realidade no Instituto de Saúde e Biotecnologia (IBS), campus da Ufam em Coari. “Nós temos que nos desdobrar. Há um volume de trabalho grande relacionado aos aspectos administrativos, de gestão e participação em inúmeras comissões, entre outras representações em conselhos e colegiados. É uma carga de trabalho que mina o tempo para planejamento e preparação de aulas, para o desenvolvimento de um trabalho voltado para a função social da universidade, que é promover o saber, o conhecimento, e contribuir para a compreensão mais ampla da realidade em que estamos”, comenta o professor do ISB, Charles Falcão.

Quando o tema foi o ambiente de trabalho, a Ufam também foi mal avaliada pelas/os docentes. A pesquisa mostrou que 68,9% afirmaram que a universidade não possui condições satisfatórias para realização das atividades profissionais, tendo 46,8% respondido como “insatisfatória” e 22,1% como “muito insatisfatória”. As/os docentes revelaram que “sempre” (16,9%), “frequentemente” (33,8%) e “algumas vezes” (26%) assumem funções não específicas do trabalho docente como administrativas, burocráticas e de limpeza, em virtude da defasagem de servidoras/es.

O número insuficiente de docentes e Técnico-administrativos em Educação (TAEs) no quadro da universidade é um dos motivos do acúmulo de trabalho docentes, avalia Charles. “Alguns de nós estão mais sobrecarregados pela falta de professores. Por exemplo, são

TEM TRABALHADO ALÉM DA CARGA HORÁRIA?



cinco docentes da área de Nutrição para dar conta de uma quantidade grande de alunos, para uma alta demanda de ensino, pesquisa e extensão e ainda atividades administrativas. Soma-se a isso o fato de que não temos um número de técnicos que possa nos ajudar no trabalho administrativo”.

A sobrecarga de trabalho ocasionada pelo quadro reduzido de docentes também é um problema enfrentado no INC. “No instituto o desempenho de outras funções geralmente ocorre quando faltam docentes e, para não prejudicar os estudantes, quem está ministrando aula assume as disciplinas, se sobrecarregando com as atividades de ensino”, relata Célia. Por isso, na opinião da professora, é preciso que as/os docentes licenciadas/os para tratamento médico retornem ao instituto ou suas vagas sejam devolvidas.

Para Charles, essa conjuntura de sobrecarga de trabalho, associada à falta de uma infraestrutura na cidade, colabora para a alta rotatividade de do-

centes. “Há sempre um déficit grande de professores. Ao longo de 20 anos, mais de 100 docentes passaram pelo instituto. Nem todos vão embora por adoecimento, mas contribui para isso a carga horária elevada e o fato de que muitos colegas vêm de outras realidades e não encontram aqui uma estrutura adequada de lazer, saúde e educação para os filhos”.

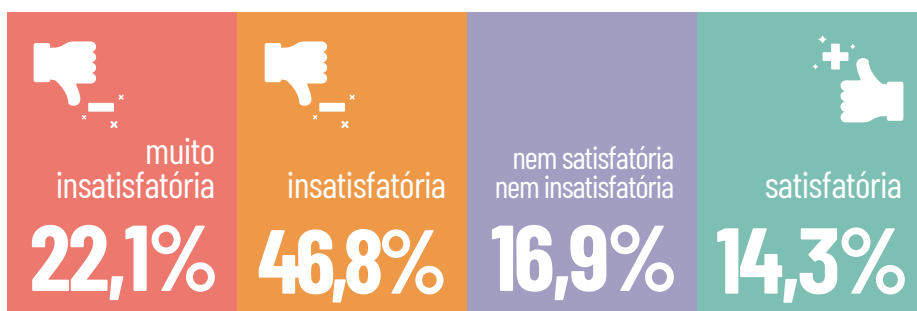
Por todos esses motivos, o aumento no número de servidoras/es e a melhoria da infraestrutura da universidade devem ser buscadas para garantir condições de trabalho e de saúde da categoria, na opinião do docente do ISB. “Nós temos atuado no instituto sempre em defasagem. As condições adequadas envolvem estrutura física, equipamentos e materiais, e um corpo de profissionais, docentes e técnicos, condizente com as nossas necessidades, além de condições de permanência e estabilidade para esses profissionais”.

Impactos na saúde

Quando se fala em sobrecarga de trabalho docente é preciso considerar não apenas a quantidade de tarefas, mas também o conteúdo dessas atividades e as formas de avaliação dessas/es trabalhadoras/es, principalmente as metas de produção que geram mais exigências. É o que afirma a psicóloga e professora da Faculdade de Psicologia (Fapsi) da Ufam, Ana Cláudia Vasconcelos. Ela ressalta que, além de ensino, pesquisa e extensão, o trabalho de professoras/es em universidades públicas envolve tarefas administrativas e cargos de gerenciamento que exigem níveis de formação e diferentes habilidades.

“A complexidade da atividade, as pressões por produtividade e as formas de avaliação

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE INFRAESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO



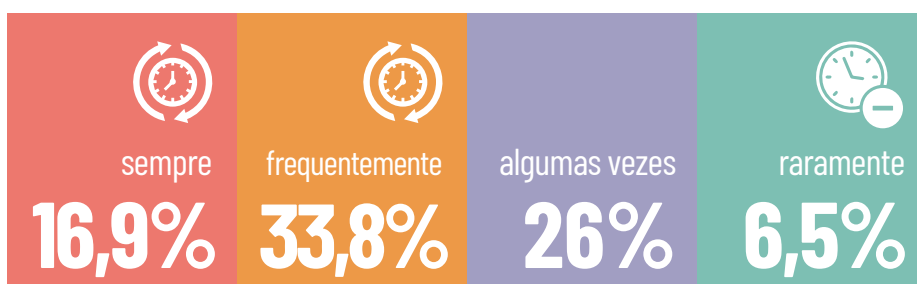
individualizadas implicam a realização de tarefas fora do horário podendo permear todos os espaços e momentos da vida do professor. Além disso, muitas vezes os trabalhadores sofrem por não conseguir dar conta das atividades”, explica Ana Cláudia. A sobrecarga produz ainda, conforme a psicóloga, situações de trabalho em que a/o docente tem menos tempo para ser criativa/o e fazer uso da autonomia universitária para cooperar com as/os colegas e criar melhores formas de trabalhar. “Não ter tempo para planejar o trabalho acaba por alimentar a lógica produtivista, fragilizando o coletivo e implicando isolamento, individualismo e, conseqüentemente, ainda mais sobrecarga”.

O resultado da enquete do ANDES-SN revelou ainda que o acúmulo de funções na catego-

ria acaba por gerar sentimentos negativos. Das/os docentes da Ufam consultadas/os, 81,8% afirmaram que se sentem sobrecarregadas/os no trabalho e 42,9% afirmaram que “frequentemente” e 35,1% “sempre” sentem pressão por prazos. Para dar conta desse excesso de demandas, 76,6% afirmaram que acabam por ultrapassar a carga horária, atuando nos fins de semana e feriados. Muitas/os (44,2%) informaram que chegam a trabalhar de 8 a 12 horas diariamente. A falta de condições de trabalho gera um impacto na saúde da/o trabalhadora/or. “Isso provocará frustração que, conseqüentemente, levará à insatisfação no ambiente de trabalho e a sentimentos de inutilidade e baixa autoestima, impactando na saúde mental”, explicou a médica psiquiatra, Laís Duarte.

FREQUÊNCIA COM QUE ASSUME TAREFAS NÃO ESPECÍFICAS DO TRABALHO DOCENTE EM VIRTUDE DA INSUFICIÊNCIA DE SERVIDORAS/ES

(administrativas, burocráticas, limpeza, segurança, etc.)



A sobrecarga de trabalho, segundo Ana Cláudia, pode provocar o medo de ser incompetente, culpa, ressentimento e/ou frustração e ainda causar ansiedade, esgotamento físico e mental, podendo o agravamento desse sofrimento levar ao adoecimento. Entre os efeitos dessa tensão constante vivenciada pelas/os docentes, Laísa Duarte, cita ainda como consequência o *burnout*, a irritabilidade e as alterações nos padrões alimentar e de sono. “Isso também pode afetar a relação com os colegas de trabalho e levar à frustração quanto a realização profissional”.

Sobre o enfrentamento desse quadro de adoecimento, Ana Cláudia ressalta que não há fórmulas gerais e que as estratégias de enfrentamento não podem ser apenas individuais. Os contextos social, econômico, político e cultural devem ser considerados, ressalta a psicóloga. “Se fatores vinculados à sobrecarga de trabalho e à precariedade das condições de trabalho têm produzido danos físicos e psicológicos à saúde dos trabalhadores, o enfrentamento também preci-

sa ocorrer a partir de mudanças nas situações de trabalho: condições e organização”.

Prevenção

Outro dado alarmante exposto pela enquete, que impacta diretamente a saúde docente, foi o de que quase metade (41,6%) das/os professoras/es da Ufam não reserva tempo livre para ócio ou lazer por semana. Segundo o estudo, 68,9% responderam que trabalham “sempre” ou “frequentemente” nos fins de semana e 62,4% nos feriados. Algumas/ns (33,8%) afirmaram que “raramente” conseguem separar a vida pessoal da profissional.

O equilíbrio entre trabalho e outras áreas da vida (lazer, amizades, descanso, espiritualidade etc.) é um fator de prevenção ao adoecimento mental, afirma Ana Cláudia. “Quando o trabalho não é a única fonte de prazer e sentido na vida, a pessoa tem maior resistência para enfrentar o sofrimento e lidar com os problemas sem buscar na carreira um retorno afetivo (...) é o equilíbrio que potencializará as vivências de prazer, fortalecerá a identidade e fornecerá reportório para lidar com as mais variadas situações”, afirma a psicóloga.

Tecnologia

Cada vez mais, o trabalho no mundo está atrelado ao uso de tecnologias. Na pesquisa, 45,4% das/os docentes da Ufam afirmaram que “raramente” ou “nunca” estão desconectadas/os. Além disso, 66,7% disseram que “mais de 10 vezes ao dia” ou “mais de 20 vezes ao dia” resolvem assuntos do trabalho por aplicativos de mensagem, e 84% responderam que “sempre” e “frequentemente” usam

o e-mail para resolver questões do trabalho fora do expediente. Os dados mostram que a hiperconectividade a plataformas digitais maximizou as horas trabalhadas, uma vez que as tecnologias permitem trabalhar a todo momento e de qualquer lugar.

A carga horária excessiva, associada à hiperconectividade, à ausência de lazer e à pressão por resultados e cumprimento de prazos é um cenário propício para um quadro de adoecimento, alerta Laísa Duarte. “A tensão constante aumenta o nível de ansiedade, que somado ao uso constante de telas, influencia a qualidade do sono, tornando o indivíduo irritado, e impactando suas relações interpessoais, ocasionando a predisposição a transtornos de ansiedade e humor. Não ter um lazer, uma válvula de escape, piora ainda mais a saúde”, explica.

Transtornos e doenças

Quando o tema foi sobre avaliação pessoal da saúde, 50,7% das/os professoras/es da Ufam responderam que, no último ano, a saúde delas/es “piorou”. Algumas/ns informaram possuir transtornos de humor, como depressão e bipolaridade (17,2%), transtornos de ansiedade, como síndromes do pânico e fobia social (15,7%), além de enxaqueca (14,9%) e síndrome de burnout (6,7%). Essas informações expõem um quadro de adoecimento da categoria com registro de uma série de transtornos, síndromes e doenças.

Para a professora Célia Maia, os problemas de saúde docente têm relação com a soma de atividades e a ausência de um ambiente favorável ao desenvolvimento das atividades. “Esse acúmulo não nos permite tempo para cuidar da

AVALIAÇÃO DA SUA SAÚDE NO ÚLTIMO ANO

50,7%
PIOROU



39,7%
NEM MELHOROU,
NEM PIOROU

9,6%
MELHOROU



PRINCIPAIS QUADROS DE ADOECIMENTO APRESENTADOS



saúde. A maioria dos docentes é 'obrigada' a usar as férias para realizar consultas e exames médicos. Isso acontece porque não há em Benjamin Constant médicos especialistas, somente atendimento com clínico geral".

No ISB, por exemplo, há atualmente quatro docentes de licença devido a problemas de saúde, conforme informações dos Recursos Humanos. No total, 22 docentes foram removidos do instituto por questões de saúde desde a criação da instituição, de acordo com a Coordenação Acadêmica. Os dados foram repassados por Charles Falcão. "Foram colegas que precisaram sair do município devido à inexistência de um serviço que eles estavam precisando. Acredito que isso é resultado de uma soma de fatores, mas tem relação com a questão da carga horária elevada".

Nesse cenário de sobrecarga e precarização das condições de trabalho, a prevalência de riscos psicossociais parece estar produzindo danos psicológicos à categoria, segundo Ana Cláudia. "É preciso compreender que o sofrimento intensificado

mobiliza o que chamamos de 'estratégias defensivas e de enfrentamento', que podem ser individuais ou coletivas. O adoecimento se manifesta justamente quando essas estratégias são insuficientes para lidar com a situação no trabalho", afirma.

Na contramão, a Ufam não oferece o apoio necessário às/ aos servidoras/es. Das pessoas consultadas, 48% avaliaram estar "insatisfeitas/os" ou "muito insatisfeitas/os" com o suporte oferecido pela instituição em relação à promoção e prevenção da saúde. A maioria (60,3%) também afirmou que não existe na universidade iniciativas quanto à promoção e/ou prevenção em saúde docente. A psicóloga adverte que o resultado da pesquisa precisa ser tratado com seriedade pela instituição, uma vez que revela se tratar de um problema estrutural da organização do trabalho. "Nesse sentido, a ênfase deveria recair na produção coletiva de uma política de prevenção e promoção da saúde que inclua novas pactuações sobre os modos de gerir o trabalho e a vida".

Sobre a oferta de serviços de saúde por parte da universidade às/aos docentes, os *campi* do interior do estado estão em desvantagem. "A Ufam não oferece nenhum atendimento médico para os servidores do INC", afirma Célia. No campus de Coari, a situação é similar. "Dentro da universidade, no instituto, não há uma estrutura para esse tipo de auxílio. Não há qualquer atendimento no ISB aos docentes adoecidos", afirmou Charles.

Para a professora do INC, entre as medidas que podem ser tomadas neste âmbito estão a retomada do atendimento periódico, que, segundo ela, há muito tempo não é realizado no campus. "Não há SIASS [Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Federal]. Não podemos fazer perícia pela falta desse atendimento". Outra sugestão da docente é a organização de mutirões periódicos. "Poderia ser feito um projeto com o HUGV [Hospital Universitário Getúlio Vargas] para a realização de mutirões de consultas com médicos especialistas".

MULHERES ACUMULAM MAIS ATIVIDADES E TRABALHAM MAIS HORAS

Por meio de uma avaliação da pesquisa por gênero, identificou-se que as mulheres estão mais sobrecarregadas. Os dados gerais mostram que a maioria das/os professoras/es da Ufam (46,8%) se dedica, em média, de três a quatro horas por dia ao trabalho não remunerado, doméstico e de cuidados. Pelo recorte, percebe-se que foram as mulheres que mais contribuíram para esse índice, uma vez que 14 delas responderam “quatro horas” contra apenas seis homens.

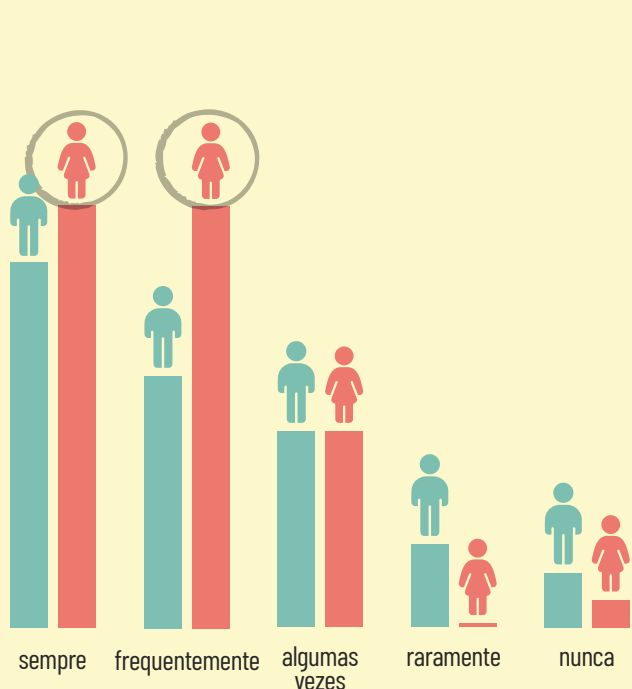
“O trabalho das professoras se soma à realização do trabalho reprodutivo, de cuidados dentro

de suas casas, sendo o trabalho doméstico o com maior desvalorização e invisibilidade. Cuidar de crianças e pais idosos e manter a limpeza da casa são atividades ininterruptas e não remuneradas predominantemente realizadas por mulheres, e é preciso reconhecer que são adoecedoras e essenciais para o capitalismo”, comenta a professora do ICSEZ e 1ª secretária da ADUA, Valmiene Florindo.

As professoras também têm se dedicado mais ao trabalho profissional. Considerando as respostas, identificou-se que a maioria das professoras traba-

lha 10 horas diariamente, duas horas a mais que os homens. Das 38 docentes que responderam à pesquisa, 37 afirmaram trabalhar “sempre”, “frequentemente” e “algumas vezes” no fim de semana e 21 responderam atuar “frequentemente” aos feriados. “É, portanto, necessário destacar que o papel de gênero deve ser considerado um elemento central para compreender as desigualdades no trabalho e a maior exposição das mulheres aos riscos de adoecimento no ambiente acadêmico, pois isso é violento com as docentes”, afirma Valmiene.

FREQÜÊNCIA COM QUE TRABALHA NOS FINS DE SEMANA



CONSEGUE ESTABELECEER UMA SEPARAÇÃO ENTRE VIDA PESSOAL E PROFISSIONAL



GÊNERO E VIOLÊNCIAS

Quando o tema é o enfrentamento de situações como assédio, etarismo e violência política, as mulheres também despontam como principal alvo. A pesquisa revela que elas são as que mais sofrem assédio moral. No total, 20 mulheres afirmaram enfrentar esse problema “sempre”, “muitas vezes” e “às vezes”, contra oito homens que responderam das mesmas formas. Das 34 respostas registradas de mulheres, 26 afirmaram sofrer machismo “sempre”, “muitas vezes” ou “às vezes”. As professoras também são as que mais sofrem violência política. No total, 16 afirmaram que enfrentam esse problema “sempre”, “muitas vezes” ou “às vezes”, contra 13 homens.

“Nós docentes mulheres temos um sobrecarga maior devido a soma ao trabalho em casa, mas uma situação que também

adoece as mulheres aqui no INC são os assédios. Somos assediadas pelos homens, que, em algumas situações, não permitem que as docentes falem, interrompendo-as, principalmente, quando estão em sua maioria”, relata Célia Maia.

A pauta do assédio – violência que pode ocasionar adoecimento físico e mental – tem sido acompanhada pela ADUA. No dia 08 de abril deste ano, a Diretoria se reuniu com o corregedor da Ufam, Rafael Menezes, e o ouvidor geral, Raul Spíndola, para tratar sobre o tema. O objetivo da reunião foi a reestruturação das políticas de enfrentamento aos assédios moral e sexual na universidade. A ADUA garantiu o apoio às iniciativas e destacou a atuação histórica da Seção Sindical e do ANDES-SN na prevenção e combate a esses tipos de violência.

“Tanto a ADUA quanto o ANDES-SN possuem histórico de luta contra a prática de assédio moral e sexual não apenas nas universidades, mas nas instituições federais de ensino como um todo e em todos os ambientes da sociedade. Continuamente fazemos campanhas educativas, de prevenção. Esse tem sido nosso papel. E nós, com certeza, vamos unir nossas forças com a universidade no combate a esses tipos de violência”, afirmou a presidente da ADUA, Ana Lúcia Gomes. Na ocasião, a docente entregou ao corregedor os materiais do ANDES-SN sobre a temática: a cartilha “Combatendo os assédios moral, sexual e outras violências” e o “Protocolo de combate, prevenção, enfrentamento e apuração de assédio moral e sexual, racismo, LGBT-fobia e qualquer discriminação e violência”, afirmou.

ASSÉDIO MORAL



VIOLÊNCIA POLÍTICA



>>>DIÁLOGO

Roda de conversa aponta violações no Vale do Javari

Sue Anne Cursino

Com o objetivo de dialogar sobre violações históricas e atuais na Terra Indígena (TI) Vale do Javari, ocorreu na manhã do dia 31 de março, a roda de conversa “Ação do Fórum Amazônia por Verdade, Justiça e Reparação junto aos povos indígenas do Vale do Javari”, no auditório Professor Osvaldo Coelho, na sede da ADUA, no Setor Sul do campus da Ufam, reunindo docentes, estudantes e representantes de entidades sindicais.

A roda de conversa foi organizada pela Regional Norte I do ANDES-SN, em articulação com ADUA e Sind-UEA e apoio da Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas (FAMDDI) e do Fórum Amazônia por Verdade, Justiça e Reparação. A gravação está disponível no [canal da ADUA no YouTube](#).

A mesa foi composta pelo coordenador do Fórum e docente da Universidade Federal do Pará (UFPA), Gilberto de Souza Marques; pela 1ª secretária da Regional Norte I do ANDES-SN e professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Ceane Simões, e o antropólogo e professor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Lino João de Oliveira Neves. O encontro teve como um dos eixos centrais o compartilhamento de experiências vividas durante a Assembleia dos União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), realizada de 25 a 27 de março, no Centro de Treinamento Quixito – TIVJ, em Atalaia do Norte (AM), local cons-



Docentes compartilharam experiências em TI Vale do Javari

truído para formação indígena, com estrutura para abrigar cerca de 200 pessoas, com alojamentos, auditório e refeitório.

Ceane Simões iniciou sua fala destacando a complexidade logística e territorial da região amazônica, detalhando o deslocamento até o local da assembleia na TI Vale do Javari. “Nós partimos de Manaus até Tabatinga, no meu caso no dia 23 de março, e no dia seguinte seguimos para Benjamin Constant, em um trajeto de cerca de 30 minutos de lancha. De lá, o percurso foi terrestre até Atalaia do Norte, com duração de aproximadamente uma hora e meia, e depois mais duas horas de lancha até o Centro de Treinamento Quixito”.

A docente ressaltou que a participação dela e do professor Gilberto foi apenas como convidados(as), sem interferência na dinâmica da organização da As-

sembleia, sendo um momento de grande aprendizado. Ela informou que a assembleia na Univaja teve caráter eleitoral e reuniu representantes de diferentes povos para discussão sobre a estrutura organizativa da associação, prestação de contas e deliberações que impactam diretamente o movimento indígena. A docente destacou ainda que a centralidade das discussões abordaram diretamente a defesa do território. “A principal questão tem a ver com a proteção do território, que é garantir a permanência e a vida dos povos indígenas, com ações de vigilância, treinamento de defensores e uso de tecnologias”, disse, complementando que uma importante fala dita pelos indígenas nessa atividade foi: “Nós não temos uma causa, temos uma casa. E é essa casa que a gente quer cuidar”.

Nos relatos foram apontadas diversas ameaças enfrentadas pe-

las comunidades, como invasões, mineração ilegal, atuação de grupos religiosos e saída de jovens de suas comunidades.

A fala da docente enfatizou que essas populações enfrentam constantemente pressões em seus territórios e que o protagonismo das mulheres é fundamental, apontando para a necessidade de busca de apoio de movimentos sociais e sindicais, já que vivem sob um sistema patriarcal, onde as lideranças são, em sua maioria, homens. “Apoiar o protagonismo político das mulheres e enfrentar as violências que elas sofrem é uma pauta central que emergiu na assembleia. O fato de as mulheres pegarem o microfone para se manifestar já demonstra grande coragem e, entre os pontos destacados na leitura da carta ‘Tecendo redes das mulheres’, estão denúncias graves e a recomendação para que não se fossem acatadas candidaturas de homens envolvidos em casos de violência”.

Gilberto de Souza Marques trouxe uma reflexão crítica sobre o papel da universidade nesse processo de busca por verdade justiça e reparação às violações da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985) no país. “O primeiro passo é diminuir nosso grau de arrogância e entender que temos muito a aprender com os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas. A universidade deve se somar a essa luta, aprendendo e contribuindo”, disse ao defender uma atuação mais comprometida com as demandas sociais. “Nós, na universidade, muitas vezes somos extremamente arrogantes. Acreditamos que o diploma nos dá autoridade para falar em nome dos povos, quando, na verdade, precisamos aprender com eles”.

O professor também destacou o histórico de violência enfrentado pelos povos indígenas ao longo da história. “A trajetória dos povos indígenas é marcada por genocí-

dio e apagamento, tanto que nossos estudos geralmente se iniciam com a chegada dos invasores europeus. Embora seja uma história de violações, também é uma história de resistência. Se os povos originários permanecem, é porque resistem de diversas maneiras. Nosso compromisso deve ser apoiar, sem falar por eles ou assumir suas vozes. Precisamos colaborar para que a voz dos povos indígenas ressoe cada vez mais longe”.

Debate

O público também enfatizou a necessidade de ampliar o debate sobre os impactos da Ditadura Empresarial-Militar na Amazônia e suas consequências atuais.

Na mediação do diálogo, abrindo espaço para reflexões ao longo da roda de conversa, o professor Lino João de Oliveira Neves ressaltou a historicidade das violações na região do Vale do Javari, destacando que “a agressão aos povos é bem anterior à Ditadura”, mas que se intensificou com projetos de infraestrutura e expansão econômica na Amazônia.

Outras falas reforçaram a gravidade da situação no Vale

do Javari. Silvio Cavuscens, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que também esteve na Assembleia como observador, destacou as tensões vividas em razão da falta de políticas públicas adequadas. “A gente percebeu tensões enormes porque são povos indígenas que não receberam a devida proteção do governo. Eu diria que a ciência tem que se aliar aos saberes tradicionais”.

O indigenista também chamou atenção para o fato de que: “Demarcação em si não protege. As invasões ocorrem, e fazer a vigilância em áreas recortadas por rios não é um trabalho fácil. A Univaja está realizando um trabalho importante nesse sentido”, avaliou Silvio.

A estudante indígena Sara Almeida, dos povos Sateré-Mawé e Miranha, destacou que é a primeira de sua família a ingressar em uma universidade federal. Cursando Pedagogia, ela afirma acreditar que a educação transforma vidas e compartilhou a situação de deslocamento da comunidade onde reside em Manaus. “Recentemente, a nossa terra, que ficava na Avenida do Turismo, foi deslocada para ou-



Atividade reuniu docentes, TAEs e estudantes no auditório da ADUA

TI VALE DO JAVARI É A SEGUNDA MAIOR DO BRASIL

A Terra Indígena Vale do Javari foi homologada pelo Governo Federal em 2 de maio de 2001, possuindo cerca de 8,544 milhões de hectares, localizada no estado do Amazonas, abrangendo áreas dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Jutai, na região de fronteira entre Brasil e Peru.

Conforme dados do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Vale do Javari, vivem na TI aproximadamente 6.321 pessoas, falantes de duas famílias linguísticas: Pano e Katukina. “Cada um dos nossos povos tem sua própria história, seus próprios costumes e formas de resistir”, destaca a entidade.

Além de sete povos (Kanamarí, Korubo, Kulina, Mayuruna, Marubo, Matis e Tsohom Dyapa), há registros de 19 grupos em isolamento voluntário, “povos livres” ou “autônomos”. Segundo



Ceane Simões/Síndio/EA

Proteção dos territórios dos povos indígenas marca a Assembleia da Univaja

a Univaja, o termo “isolamento”, utilizado pelo Estado, refere-se ao nível de interação social desses povos com instituições estatais. “São povos que decidiram não estabelecer relações permanentes com seu entorno, incluindo

outros povos indígenas do Vale do Javari e os não-indígenas (nawa). Essa escolha é resultado da defesa de sua autonomia e da preservação de suas formas de viver, diante das muitas ameaças que vêm do mundo exterior”.

tro local. A gente lutou 50 anos pela demarcação da terra e fomos indenizados, sendo transferidos para outro lugar. E, infelizmente, outros povos nem têm essa oportunidade: são simplesmente expulsos, como algo descartável, e isso é muito triste. Ver a nossa história apagada como se fosse nada é desolador, e falar sobre isso é muito delicado”.

Já o estudante Guilherme Pontes, do curso de Pedagogia, chamou atenção para a dívida histórica da sociedade brasileira com os povos indígenas. “Os povos indígenas têm o direito constitucional de ter seus direitos humanos garantidos. A partir do momento em o Estado falha em protegê-los, está falhando com os direitos huma-

nos de todo cidadão. Devemos reconhecer que a cultura que temos no Brasil também vem deles. E, ao protegê-los, estamos também protegendo a cultura, a Amazônia e tudo o que vem sendo construído há décadas”, disse, destacando a necessidade de uma postura mais comprometida de toda a sociedade.

O 1º vice-presidente da ADUA, professor José Alcimar de Oliveira, reforçou o papel do debate, realizado em uma data simbólica: 31 de março de 2026, quando foram completados 62 anos do Golpe Empresarial-Militar no Brasil. “Eu vejo essa ação como fundamental diante do que têm sido, para nós, as consequências do desconhecimento da história. Por que não só o desconhecimen-

to dos diversos efeitos da Golpe Empresarial-Militar civil continua, mas também o reconhecimento dos impactos dessa ditadura sobre os povos indígenas segue como um capítulo marginal da história?, questionou”.

A atividade evidenciou que, apesar dos avanços organizativos do movimento indígena, persistem desafios estruturais relacionados à proteção territorial, às violações de direitos e à ausência do Estado em diversas regiões. Ao mesmo tempo, reforçou a importância de iniciativas que promovam o diálogo entre universidade, movimentos sociais, sindicais e povos indígenas, apontando caminhos para uma atuação mais solidária e comprometida com a justiça social na Amazônia.

>>> SEMINÁRIO

ADUA participa de Conferência Internacional Antifascista

Sue Anne Cursino
com informações do ANDES-SN

Docentes da ADUA e de outras seções sindicais do ANDES-SN participaram da I Conferência Internacional Antifascista pela Soberania dos Povos, realizada entre os dias 26 e 29 de março, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), em Porto Alegre (RS).

Com o objetivo de construir alternativas de solidariedade internacionalista, o encontro reuniu mais de 100 organizações e movimentos comprometidos com o enfrentamento ao avanço da extrema direita.

Pela ADUA, participaram o 1º vice-presidente da entidade, Raimundo Nonato Pereira da Silva (IFCHS), e o professor Widney Pereira de Lima (INC).

Em sua primeira participação em atividade pela Seção Sindical, o professor Widney Pereira avaliou a experiência como importante oportunidade de formação. “Foi uma experiência ímpar, pois me permitiu aprofundar o entendimento sobre o avanço do fascismo no mundo, revelando as intenções imperialistas e neoliberais de projetos que buscam dominar o planeta. Encontrei diversas perspectivas antifascistas, o que me ajudou a perceber que os países vivenciam momentos e condições distintas em relação a esses temas, mas isso não torna a luta contra o fascismo mais fácil para uns do que para outros. Precisamos manter a vigilância, especialmente diante dos flertes autoritários que vivenciamos no Brasil, uma vez que o fascismo



Marcha Antifascista pela Soberania dos Povos denunciou opressões raciais e de gênero

tende a articular forças para concretizar seus interesses. É essencial incluir no debate a formação que seja capaz de reconhecer e combater o fascismo”.

A programação teve início no dia 26, com o Fórum de Autoridades Antifascistas na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, seguido da Marcha Antifascista pela Soberania dos Povos, com concentração no Largo Glênio Peres. A marcha reuniu organizações, movimentos sociais, sindicais e estudantis, além de delegações internacionais, em um ato de denúncia ao fascismo, ao imperialismo e às crescentes ameaças aos direitos da classe trabalhadora.

Para o professor Widney, a troca de experiências com pessoas de diferentes países fortalece a luta antifascista e representa um momento significativo de aprendizado. “O reconhecimento e a discussão coletiva sobre esses

projetos antifascistas precisam se tornar prática permanente em todos os setores da sociedade, inclusive no ambiente universitário, para que a análise histórica do fascismo e seus desdobramentos seja compreendida e combatida de forma efetiva. A estratégia proposta é a construção de coletivos de resistência capazes de promover orientação e formação, mobilizando pessoas em todos os setores e revelando o perigo iminente do projeto fascista, além de tecer redes que articulem universidades, trabalhadores, partidos políticos, movimentos sociais, sindicatos, organizações comunitárias e outras entidades que possam enriquecer o debate”.

O professor Raimundo Nonato destacou o papel dos movimentos sociais nesse cenário. “Para combater o fascismo, deve-se ter em mente o caráter degradante de seus adeptos. As facções fascistas expressam a desumanização do

ser social, buscando impor seus valores por meio da xenofobia, misoginia, racismo e do uso de violências física, psicológica e política. Lutar para que esse ‘vírus’ não se propague implica desconstruir suas pautas ideológicas”.

A programação incluiu plenárias, mesas de debate e oficinas sobre temas como educação, soberania dos povos e opressões raciais e de gênero. A conferência contou também com atividades autogestionadas, com o objetivo de fortalecer a articulação entre organizações, movimentos sociais, juventudes e militâncias populares.

No dia 28, foi realizada a mesa “Feminicídio e Transfeminicídio como resultado do projeto da extrema direita no Brasil e na América Latina”, com a participação das diretoras do ANDES-SN, Letícia Carolina Nascimento e Emanuela Rútila, e o debate “Os ataques imperialistas na Venezuela e os impactos na América Latina”, com Luis Bonilla-Molina, professor visitante da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e integrante da organização *Otras Voces en Educación*, e Os-



Osvaldo Coggiola, docente de História Contemporânea, foi um dos palestrantes na Conferência

valdo Coggiola, diretor do Sindicato Nacional.

“A tarefa é que as seções sindicais efetivem uma campanha forte contra o fascismo, articulando com a comunidade acadêmica, docentes, estudantes, Técnico-Administrativos(as) em Educação, terceirizados e coletivos. Estes segmentos, além de serem alvos da onda fascistas, precisam evitar em caráter de urgência que ele penetre em suas estruturas.

Vale lembrar que o fascismo são moléculas nocivas para o corpo social e político. Para isso, a realização de seminário e palestras, a exibição de filmes, documentários, a produção de panfletos, carta aberta, cartazes e vídeos são boas estratégias de ação. Agir com inteligência ante a uma praga social será extremamente salutar”, sugere Nonato.

O encerramento no dia 29, foi marcado pela aprovação da Carta de Porto Alegre, documento que consolida a articulação internacionalista em defesa da democracia e da soberania dos povos. “Nunca como hoje a luta contra o imperialismo e o fascismo foi tão atual e necessária. Essa luta precisa ser articulada internacionalmente. A Conferência Antifascista e pela Soberania dos Povos compromete-se a continuar a lutar sem descanso e como espaço de construção de unidade contra a ascensão da extrema direita e as agressões imperialista. Diante da barbárie, levantamos a bandeira da solidariedade internacional, da luta dos povos e de um futuro socialista, ecológico, democrático, feminista e antirracista”, afirma trecho do documento.



Widney Pereira e Raimundo Nonato representaram a ADUA

>>> ARTIGO

Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós!

Danielle Gonzaga de Brito*

Danielle Munduruku

Você já ouviu falar no Acampamento Terra Livre (ATL)? O ATL é a maior mobilização indígena do país e uma das mais importantes de Abya-Yala. Nessa mobilização, lideranças indígenas de todas as regiões do país acampam em Brasília e a tornam uma grande aldeia multiétnica por pelo menos sete dias.

Mas não se engane que o ATL não acontece de qualquer maneira, pois o movimento indígena possui governança e se organiza de maneira internacional, nacional, estadual, regional e municipal. Dessa maneira e respeitando a governança do movimento indígena, é a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) que organiza em nível nacional, a partir das bases e da governança do movimento indígena, o ATL.

Em 2026, entre 05 e 11 de abril, Brasília mais uma vez foi territorializada por representantes dos mais de 390 povos indígenas, oriundos dos diferentes biomas brasileiros, falantes de mais de 200 línguas Indígenas¹, com suas especificadas, culturas e tradições, além dos povos indígenas de diferentes outras regiões de Abya-Yala e não indígenas.

Sob o tema “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós!”, a 22ª edição do ATL, para além de articular e desenvolver temáticas na Tenda Principal, faz de toda a capilaridade do próprio acampamento zonas para fomen-



ATL 2026 ocorreu de 05 a 11 de abril e reuniu indígenas de mais de 390 povos

tar o debate político em torno das questões e especificidades dos povos indígenas. Todo o espaço físico reservado ao ATL transfigura-se em múltiplos territórios indígenas com suas atividades diversas e organizadas a partir da perspectiva de segmentos (educação, mulheres, juventude, entre outros).

As diferentes atividades ocorrem dentro e fora da área demarcada pelo ATL, com visitas e articulações entre as lideranças indígenas e o Estado nas suas diversas representações e instituições. Dessa maneira, a semana que se inicia no dia 05 abril escancara a pluridiversidade de povos, culturas e línguas ainda negada pela República Federativa do Brasil, além de consolidar a governança do movimento indígena.

Para além de um ato político, o ATL é um importante espaço de trocas de saberes geracionais e interétnico. Por meio de rodas de conversas, palestras, marchas, ven-

das de artesanatos e apresentações culturais, as pessoas presentes no ATL de 2026 experimentaram cânticos, rezas, narrativas, artesanatos e presenças de diferentes corpos-territórios-memórias.

Foram dias de reafirmação de força, de fortalecimento de parcerias e, principalmente de fortalecimento da governança do movimento indígena na defesa dos direitos constitucionais e territoriais. O ATL preconiza mobilizações indígenas que aconteceram ao longo do ano de 2026.

Consolidando a governança do movimento indígena, a Apib, principal instância de organização e mobilização indígena do país, é quem coordena a realização do ATL na esfera nacional. Criada em 2025, a Articulação é resultado do movimento indígena organizado (Fig. 01, pág.14).

Em sua composição temos as seis representações das regiões brasileira, a saber: Coordenação

¹Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2025

das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoimne), Articulação dos Povos Indígenas da Região Sudeste (Arpínsudeste), Conselho Guarany Yvyrupa (CGY), Conselho Terena, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpínsul) e ATY GUASU.

Para além da Tenda Principal, a cada ano a dinâmica da governança do movimento indígena modifica possibilidade do debate no ATL a partir das demais tendas organizadas pelo movimento indígenas em tratativa de debates específicos por segmentos, conhecidas como Tendas Regionais.

Esse ano como Tendas Regionais, além das organizações que compõe a Apib, o ATL contou com as Tendas Regionais da União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira e Cafí Parentinho, ambos espaços pensados por mulheres e para mulheres. O Cafí Parentinho é um espaço pensado desde o ano passado para atender as crianças que participam do ATL com seus familiares. Nesse sentido, atividades específicas para as crianças são desenvolvidas no Cafí Parentinho ao longo da programação do Acampamento.

Além dos espaços políticos, desde 2023 foi estabelecido na territorialidade do ATL o espaço de tratamento e cura espiritual, com a presença de pajés, kumus, sacacas, parteiras, entre outras especialidades indígenas. O espaço funcionou durante todos os dias do Acampamento.

Em 2026, Três tendas centralizaram as atividades internas do ATL no que responde a região Norte do país: a principal da Apib, a da Coiab e a da Umiab. Além dos debates políticos determinados, duas grandes marchas foram realizadas para demarcar a presença de diferentes povos indíge-

nas no Brasil: a primeira delas, considerada como a Marcha Principal, caminhou por Brasília sob o tema “Congresso inimigo dos povos: Nosso futuro não está à venda”, que buscou denunciar a PEC 48/2023, os PDLs e os PLs do agro.

Já a segunda marcha foi marcada por palavras de ordem que cobravam do governo a agilidade da demarcação de terras indígenas. A segunda marcha, cujo tema foi “Demarca Lula: Brasil soberano é terra indígena demarcada e protegida” buscou chamar a atenção do presidente Lula para os diferentes processos de demarcação das Terras Indígenas que ainda não aconteceram até o tempo do presente e que estão sendo diretamente ameaçadas pela conhecida Lei do Marco Temporal.

Para além do debate político, a Tenda Principal do ATL foi cenário para diferentes manifestações culturais, valorizando a cultura dos povos indígenas e do movimento negro de Brasília. Dessa maneira, o debate político se relaciona diretamente com a valorização da cultura para manutenção da existência dos povos indígenas.

Alguns momentos da conjuntura política atual também marcaram o ATL de 2026, um deles foi a posse da nova presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Lúcia Alberta Baré, mulher indígena com origem em São Gabriel da Cachoeira (AM) que foi apresentada à Tenda Principal pela delegação do Amazonas com cânticos e ritual de benzimento.

Outro momento significativo foi a apresentação dos candidatos indígenas aos cargos políticos partidários e o debate “Aldeando a Política” que aconteceu na Tenda Principal. Em nenhum outro ATL esse importante debate havia sido realizado.

Mais um marco pontual foram as apresentações do projeto da Universidade Indígena e da Política dos Territórios Etnoeducacionais que contaram com a presença e participação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi/MEC).

Na tenda da Coiab diferentes temáticas abordaram as questões da Educação Escolar Indígena; da proteção territorial e a questão do Marco Temporal; da juventude indígena e sua percepção sob a crise climática e expectativas de futuro.

O ATL finalizou com uma grande planária realizada na Tenda Principal, cujo objetivo foi a sistematização das discussões e encaminhamentos das Tendas Regionais para elaboração e leitura do documento final que norteia o movimento indígena e sua governança para o restante do ano. O documento final ainda não foi disponibilizado pela Apib.

Marcos históricos

Construído há 22 anos, o ATL se organiza a partir do chamado



“Dia do índio”. Em sua primeira edição, apenas 150 indígenas iniciaram esse importante movimento. No entanto, já em sua segunda edição, cerca de 800 indígenas estiveram acampados em Brasília entendendo a importância da mobilização e fortalecendo a governança do movimento indígena.

Ao longo dos anos, o ATL se torna uma referência de luta, resistência e estratégia política para o movimento indígena. A história de resistência dos povos indígenas é marcada por séculos de conflitos e violências, consequência da colonização e do colonialismo que se estende ao ruralismo e ao agrogonócio. De tal forma, o ATL é o mais importante cenário para debater a conjuntura política do país e estabelecer estratégias de incidência para o movimento indígena a curto, médio e longo prazo.

Quando apresenta o tema “Nosso Futuro não está à venda: a resposta somos nós!”, o ATL rememora toda a história de luta e resistência dos povos indígenas desde a invasão do Brasil. É fundamental, urgente e imperativo que todas as gerações indígenas possam reconhecer como as origens agrárias da usurpação de terras continuam impactando o presente e moldando o futuro dos povos indígenas.

Movimentos como o ATL reforçam a resistência ancestral dos povos indígenas que persiste apesar das violências históricas, entre elas a catequização, o golpe militar e, principalmente, o projeto de integralização dos povos indígenas. Nesse sentido, a própria organização do ATL permite intersecção de temáticas nos diferentes segmentos do movimento indígena e em diferentes condições de estrutura e acontecimento, uma vez que o debate é circular partindo da Tenda Principal, percorrendo as Tendões Regionais e voltando para a Tenda Principal na realização da plenária final e elaboração do documento final do ATL.



Essa foi a 22ª edição do Acampamento

A violência da assimilação forçada deixou marcas profundas nas sociedades indígenas, desafiando a resistência ancestral e a luta contínua pela autonomia e reconhecimento de direitos. A resistência é fortalecida até o tempo do presente pela organização do movimento indígena e sua culminância hoje na realização do maior movimento indígena do país que é o Acampamento Terra Livre.

O período de refundação da democracia brasileira deu pôr fim a política integracionista e hoje, o movimento indígena luta por reparação e justiça. Muitos povos não conseguiram resistir a todas as atrocidades e tantos outros apresentam marcas profundas até o tempo do presente. Manter a memória viva é fundamental para evitar que atrocidades como as experimentadas em anos anteriores possam se repetir.

O marco da Constituição de 1988 é fundamental para o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas. Direito à terra, assim como a suas especificidades, identidade cultural pluridiversa e coletiva, reconhecimento da governança indígena (movimento social), das línguas, costumes e tradições. Trata-se do direito de permanecer

indígena independente do lugar onde estejam (aldeia, distrito, comunidade, terra demarcada, terra não demarcada e cidade).

Quando o ATL 2026 grita que “Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós!”, ele grita integração forçada nunca mais e que nada mais poderá ser decidido para os povos indígenas sem os povos indígenas. Como consequência, os povos indígenas aldeiam a política e constroem juntos um processo de reflorestarmentes.

Nesse processo, o movimento indígena foi se organizando, aprendendo maneiras outras de articulação, luta e resistência e alguns marcos para a chegada ao ATL de 2026 e a consolidação da Apib precisam ser pontuadas.

1. 1979 → Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu)

Quem inaugura esse processo de consolidação da governança do movimento indígena é a Grande Assembleia do Povo Guarani (Aty Guasu) que acontece pela primeira vez em 1979, no Mato Grosso do Sul. A Grande Assembleia surge da necessidade de combater o processo sistemático de genocídio e a expulsão forçada de famílias dos seus territórios tradicionais.



“Nosso futuro não está à venda: a resposta somos nós” foi o tema deste ano do ATL

Até hoje essa estratégia vem fortalecendo o povo Guarani.

2. Anos 1980 e 1990

Na consolidação da Apib, duas grandes organizações são protagonizadas nos anos 1980. Originalmente nomeado de Comissão Leste-Nordeste é a articulação que inaugura o que hoje é conhecida como Apoinme.

Na mesma época, pela Amazônia Brasileira foi a Comissão Indígena da Amazônia que findou na organização da Coiab, local onde a governança do movimento indígena do Amazonas é representada em nível nacional.

É nos anos 1990 que a Apoinme é fundada. Ela surge na urgência do fortalecimento das lutas por direitos dos povos indígenas, que vivem nos 10 estados situados na região de abrangência da organização.

3. 2005, 2006, 2007, 2009 e 2012

É no ano de 2005 que a Apib é fundada. Trata-se de uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo para cima. Nela estão aglutinadas as organizações regionais indígenas do Brasil. A Apib é fruto do movimento indígena e foi fundada no 2º ATL que aconteceu em 2005, em Brasília.

Na mesma época, é criada a Arpinsul. Trata-se de uma organização indígena cuja missão é de articular e representar politicamente os povos indígenas da região Sul do país, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Charrua, Guarani, Kaingang, Xetá e Xokleng).

Em 2007 é realizada a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal (Arpinpan) e em outubro de 2009, a Arpinsudeste é fundada para representar os povos indígenas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Em uma tentativa de organização que se inicia desde a Guerra do Paraguai, após 177 anos, é fundado o Conselho do Povo Terena, no Mato Grosso do Sul. Entre 01 e 03 de junho 2012, lideranças se reuniram com representantes do povo Guarani, Kaiowá e Kinikinau na terra indígena Taunay/Ipegue, na aldeia Imbirussú, e fundaram a organização.

De uma maneira sintética, todos esses marcos são importantes ora para a fundação do primeiro ATL, assim como para o fortalecimento da governança do movimento indígena. Foram essas trajetórias que

possibilitaram a realização do 22º ATL, em 2026.

1º ATL

O chamado “Dia do índio” sempre foi utilizado pelo movimento indígena como oportunidade de gerar visibilidade para a luta e resistência por direitos. Em 2004, Brasília foi territorializada pela primeira vez por diferentes povos e organizações das regiões Sul, Nordeste e Norte do país que se mobilizaram para estar acampados e cobrar o atendimento de demandas políticas e lutar pela garantia de direitos territoriais e políticas públicas diferenciadas.

Naquele ano, um grupo de 50 indígenas chega em Brasília cobrando as promessas de campanha da nova proposta de política indigenista para o país e acampam na Esplanada dos Ministérios, em frente ao Ministério da Justiça, entre os dias 26 de junho e 3 de julho. O grupo, que originalmente era composto por 50 indígenas, foi ficando robusto com a chegada de mais 100 indígenas no dia seguinte. Em 2005, a mesma mobilização conseguiu a presença de cerca de 800 indígenas de 89 povos vindos de várias regiões do país e a data mudou para abril.

O ATL surge da necessidade de fazer os direitos constitucionais serem efetivados. Naquele período, a violência contra povos indígenas havia aumentado no Brasil e 150 indígenas inauguraram o ATL. Lideranças dos povos Kaingang, Guarani e Xokleng, entre outros, ocuparam a Esplanada dos Ministérios para exigir audiência com o governo Lula e a regularização de suas terras.

A territorialização de Brasília pelo ATL a transformou em uma grande aldeia multiétnica e ao centro da dela foi instalada uma tenda grande onde foram realizadas seções plenárias para debater os processos de regularização de

terras indígenas, os projetos de lei e as propostas de emenda à Constituição que ameaçam os direitos indígenas no Congresso Nacional e a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista.

Como consequência do ATL, a primeira audiência do movimento indígena com o presidente foi realizada, como resultado, a promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), um importante marco normativo nas relações entre os estados nacionais e os povos indígenas.

Troca de saberes

Para os povos indígenas, o movimento indígena possui um caráter formativo único e o ATL, para além de tudo que já foi apontado, possui uma dimensão pedagógica e de formação política.

Como consequência ainda dos descimentos e dos diferentes processos de fixação, muitos povos indígenas, embora sejam do mesmo povo, por ocuparem regiões distantes não conseguem trocar experiências formativas a não ser no ATL.

Para além disso, povos indígenas em diferentes contextos histórico-político-social passam

a entender suas diferenças e fazer disso uma importante arma de luta por reparação histórica. Nada melhor que a informação contra o preconceito.

O ATL é um importante espaço formativo intergeracional pois possibilita o diálogo entre lideranças com maiores experiências e as mais jovens, articulando a memória e conexão ancestral interétnica.

O acampamento também promove diálogos com universidades, organizações não governamentais e movimentos sociais, ampliando redes de apoio e troca de conhecimentos. A exemplo disso, citamos o lançamento do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Indígena (PDAI) pela Capes em pleno ATL de 2026. Trata-se de uma iniciativa nacional voltada a ampliar o acesso, a permanência e o êxito de estudantes e pesquisadores indígenas na pós-graduação stricto sensu. Resultado de demanda do movimento indígena no ATL do ano anterior.

Dessa maneira, o Acampamento Terra Livre não possui a característica de um protesto pontual e específico, mas um espaço em movimento e dinâmico que reflete a própria natureza do mo-

vimento indígena na construção contínua de melhores condições de vida para os povos indígenas.

Nos últimos anos, o ATL passou a ter maior visibilidade com o advento das redes sociais e, principalmente, com o engajamento organizado dos jovens comunicadores indígenas. Como consequência, assistimos o surgimento do segmento da juventude indígena.

A juventude indígena ao usar as redes sociais como ferramenta de luta e resistência passa a dar visibilidade a enfrentamentos de grandes proporções como a questão do Marco Temporal e pautas específicas que tratam de questões climáticas, como o Projeto Ferrogrão, por exemplo.

De maneira sintética, é importante pontuar que o Acampamento Terra Livre não é apenas um evento anual em alusão ao mês dos povos indígenas. O ATL é a maior mobilização indígena do país. Esse movimento que a cada ano vem sendo consolidado, é uma manifestação concreta da governança do movimento indígena. É a materialização de sua resistência e potencialidade.

O Acampamento Terra Livre e seu caráter formativo articula diferentes dimensões, entre elas a política, a cultural, a territorial e a educativa. O ATL é um grande espaço de articulação e incidência sobre o Estado e a sociedade civil organizada, pensando sempre em ações para curto, médio e longo prazo.

Ao reunir lideranças indígenas de todas as regiões do país e ao mobilizar todo o cenário nacional, o Acampamento Terra Livre reafirma a luta dos povos indígenas por direitos e por um projeto de sociedade outro, anunciando que o futuro dos povos indígenas não está à venda e que é preciso ouvir o que dizem os povos indígenas.



O Acampamento é um dos mais importantes eventos indígenas do país

*Danielle é professora do curso de letras no Instituto de Educação, Agricultura e Ambiente (IEAA/Ufam).

>>> ARTE E RESISTÊNCIA

No março das mulheres, Cinema em Debate na ADUA traz o filme "Manas"

Daisy Melo

Unindo a arte e o debate político, a ADUA realizou na manhã de 26 de março, mais uma edição do Cinema em Debate. Estudantes de Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) participaram, no auditório da Seção Sindical, da sessão do filme "Manas" (2024) e da discussão sobre os temas abordados, entre eles o abuso e a exploração sexual de meninas. A iniciativa da Seção Sindical fez parte da programação do março das mulheres.

"Estamos retomando esse projeto com a exibição e o debate de Manas, dando destaque à luta das mulheres, inclusive hoje mais fortemente contra o feminicídio. O filme foi construído a partir de relatos de meninas do [Arquipélago do] Marajó, no Pará, e nos toca ainda mais por fazer parte da nossa realidade amazônica. O filme ganhou algumas premiações e quase foi o representante do Brasil nos grandes festivais de cinema. Esperamos que ele desperte muitas inquietações e possamos fazer um bom debate ao final da sessão", disse o coordenador do Cinema em Debate na ADUA e professor da Ufam, Tomzé Costa.

Convidada como debatedora, a professora Ivânia Vieira, da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC/Ufam) fez suas avaliações após a exibição. "É uma emoção ver essa produção, e pensar também que, neste momento, outras meninas e adolescentes estão sendo estupradas. É um filme que aborda muitas temáti-



Estudantes de Jornalismo e Relações Públicas participaram da sessão

cas, considerando que a árvore da violência tem muitos galhos como a naturalização do estupro doméstico, a pobreza menstrual e a questão da religião, o pai abusador cheio de fé em Deus. E o pastor que diz que se você tem sofrimento em casa tem que suportar pela família. É muito complexo e atual. Muitas meninas estão aguardando uma balsa para salvar a vida delas", comentou.

A docente fez questão de lembrar também sobre a instalação da empresa Andrade Gutierrez, no final da década de 1960, em algumas cidades amazônicas. A multinacional é uma das responsáveis por colocar em prática os nefastos megaprojetos da Ditadura Empresarial-Militar (1964-1985). "A chegada do grupo em Manaus, especificamente no bairro Colônia Oliveira Machado, produziu situações muitas parecidas como essa do filme, só que em terra. Eram trabalhadores de outras regiões, verdadeiros

predadores de meninas que foram seduzidas pela possibilidade de construção de uma família, de casamento", relatou.

Ivânia trouxe ainda em sua abordagem sobre "Manas" a teoria da psicóloga norte-americana Lenore Walker. "O filme expõe o ciclo da violência doméstica, termo datado pela psicóloga nos anos de 1970 e que nos ajuda a fazer essas reflexões, inclusive trazendo as três etapas desse processo que acontece de forma repetitiva e progressiva e é difícil de romper. A primeira é a tensão, conflito, descontrole e irritação. A vítima sente medo, há agressões verbais e/ou psicológicas. A segunda fase é a agressão, podendo ser física, psicológica, sexual e patrimonial, e a terceira é a 'lua de mel', o agressor demonstra arrependimento, pede desculpas e promete mudar, às vezes fica carinhoso e atencioso. Essas três fases nós conseguimos perceber no filme", disse.



Ivânia Vieira conduziu o debate sobre os temas abordados no filme

Do ponto de vista da Comunicação Social, a docente destacou que, quando o assunto é violência sexual contra crianças, o Jornalismo muitas vezes viola direitos e reforça estigmas. “Os estudos mostram que nas reportagens não são apresentados dados comparativos, não se discutem causas estruturais, desigualdades, violência doméstica e a cultura do silêncio”. Na cobertura jornalística, segundo Ivânia, é predominante o modelo reativo, policesco e pouco contextualizado.

Ao correlacionar a temática do filme à função social das(os) comunicadoras(es), a professora destacou a importância do tratamento adequado dado às notícias sobre as violências contra meninas e mulheres. “O nosso desafio aqui é transformar a cobertura em ferramenta de educação pública, prevenção e defesa de direitos. É conhecer, compreender e superar práticas sensacionalistas tão bem recebidas e estimuladas nessa área que busca ‘likes’. É ampliar o olhar estrutural sobre a questão. Essa é a nossa tarefa”, afirmou a docente.

Participante da sessão de cinema, a aluna do 1º período de Jornalismo, Alice Monteiro, des-

tacou a narrativa delicada conduzida pela diretora Marianna Brennand, apesar das temáticas densas abordadas no filme. “É um filme cativante mas também sufocante, mesmo não mostrando os estupros. É uma narrativa lenta que mostra o cotidiano daquelas pessoas e em que um olhar fala muito mais do que os diálogos. É um filme que cresce na nossa cabeça depois que acaba, deixa uma grande reflexão”, afirmou a estudante.

Emocionada, a aluna do 5º período de Jornalismo, Janaína Rodrigues, comentou que o filme causou um misto de sentimentos. “Não estava preparada. Em alguns momentos fiquei enjoada, perturbada... Esse filme é tão profundo, fala sobre violência fora e dentro de casa, por pessoas que deveriam proteger essas meninas. É como a professora falou: ela [a personagem] tenta sair e acaba entrando em outro tipo de violência. E o filme também não traz aquele estereótipo da Amazônia como o Eldorado, mostra a realidade. Como comunicadora, quando eu tiver oportunidade, farei o que for para ajudar”.

Lançado em junho de 2023, o Cinema em Debate na ADUA é um projeto que tem como objetivo revitalizar as atividades culturais na Seção Sindical. A atividade prevê a participação de docentes e suas turmas na exibição de produções audiovisuais e nas discussões dos temas abordados, promovendo uma correlação com as disciplinas ministradas. O projeto é aberto ao público e ocorre no auditório “Oswaldo Coelho”, na sede da ADUA, no Setor Sul do campus da Ufam em Manaus.



Estudante Janaína Rodrigues fez uma reflexão emocionada sobre o filme



ADUA



somos nós! | 1979 » 2026

Sou Docente. Sou ADUA!

FORTALEÇA A LUTA DOCENTE! **FILIE-SE!**



Sheila Cordeiro Mota
FT

Edilson da Costa Albarado
ICSEZ

Rayanne Oliveira de Araujo
ICE

Gilleandro Barbosa Pedro
FACED

JUNTE-SE AOS(ÀS) NOVOS(AS) SINDICALIZADOS(AS) EM 2026!



@aduasindicato



/adua.andes



/canaladua



@aduasindicato

+55 92 98138-2677 | aduasindicato@gmail.com | www.adua.org.br

>>> RÁPIDA

ADUA apresenta pauta de reivindicações em reunião com a Reitoria da Ufam

A ADUA apresentou uma pauta de reivindicações à Reitoria da Ufam em reunião no dia 22 de abril. O documento sintetiza as principais bandeiras de luta da categoria docente.

Participaram do encontro membros da Diretoria da ADUA; a reitora da Ufam, Tanara Lauschner; o vice-reitor, Geone Maia Corrêa; o chefe de gabinete da Reitoria, Alexandre Passito; a representante da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progesp), Gigliane Acácio; além da integrante da Assessoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (ARII), Sheila Cordeiro Mota, e o corregedor da instituição, Rafael Menezes.

A pauta da ADUA destaca pontos como a defesa do regime de Dedicção Exclusiva, a garantia de orçamento para a universidade, a proteção da Amazônia, o enfrentamento dos desafios da multicampia, o combate a todas as formas de assédio, a oposição à Reforma Administrativa e à expansão do ensino a distância (EAD) em substituição à atividade pedagógica presencial.

O documento aponta a necessidade de elaboração de diretrizes para o uso de inteligência artificial na universidade, o fortalecimento de incentivo para a permanência de docentes em regiões específicas, com a concessão de Adicional de Atividade

Penosa, especialmente em áreas de fronteira e da Amazônia Legal, a ampliação de cuidotecas e restaurantes universitários, melhorias na infraestrutura (internet, água e energia), moradia e transporte estudantil, segurança predial, entre outros pontos.

O encontro teve como objetivo abrir diálogo entre a Administração Superior e a ADUA, como entidade que representa a categoria docente na luta em defesa de melhores condições de trabalho, valorização da carreira e por políticas institucionais da Ufam como universidade pública com a cara da Amazônia.



Demonstrativo Econômico Financeiro 01/02/2026 a 28/02/2026

Pessoal	R\$34.105,33
Encargos Sociais e Impostos	R\$16.974,61
Serviços Prestados (Pessoa Física/Jurídica)	R\$24.978,20
Contribuição Sindicato Nacional	R\$31.327,78
Passagens, Diárias e Hospedagens	R\$74.249,21
Bens de Consumo	R\$5.816,50
Encargos Financeiros	R\$362,00
Eventos	R\$811,52
Despesas Totais	R\$188.625,15

Demonstrativo Econômico Financeiro 01/03/2026 a 31/03/2026

Pessoal	R\$27.582,74
Encargos Sociais e Impostos	R\$13.474,55
Serviços Prestados (Pessoa Física/Jurídica)	R\$19.684,27
Contribuição Sindicato Nacional	R\$31.327,78
Passagens, Diárias e Hospedagens	R\$12.331,79
Bens de Consumo	R\$6.870,23
Encargos Financeiros	R\$322,51
Eventos	R\$300,00
Despesas Totais	R\$111.893,87

*Confira a prestação de contas dos meses de [fevereiro](#) e [março](#) na íntegra.

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Seção Sindical dos Docentes da Ufam (ADUA-SSind. do ANDES-SN).

Diretoria:

Ana Lúcia Gomes (presidente); Raimundo Nonato Pereira (1º vice-presidente); José Alcimar de Oliveira (2º vice-presidente); Valmiene Florindo Farias (1ª secretária); Francisca Maria Coelho Cavalcanti (2ª secretária); Ana Cristina Belarmino de Oliveira (1ª tesoureira) e Maria Jacirema Ferreira Gonçalves (2ª tesoureira).

Diretora responsável:

Valmiene Florindo Farias

Assessoria de Comunicação:

Daisy Melo (SRTE-AM 219); Sue Anne Cursino (SRTE-AM 1.240)

Designer:

Felipe Costa

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br